

Curitiba, 7 de junho de 2011.

Caro colega,

Temos a honra de repassar algumas informações dos fatos acontecidos no mês último:

1. Número de expedientes

Foram autuados na Corregedoria-Geral 535 processos novos. Ao Corregedor-Geral foram feitas 976 conclusões de feitos para manifestação ou voto e para o Corregedor da Justiça, 611. No Conselho da Magistratura, Corregedor-Geral e Corregedor da Justiça julgaram, cada um, oito feitos.

2. II Seminário de Gestão Judiciária

Por iniciativa do Pres. Miguel Kfoury Neto, o Tribunal promoveu, em 21 de maio, um encontro em Curitiba da administração com aproximadamente 150 juízes de Curitiba, Região Metropolitana e litoral. Estiveram presentes os cinco membros da direção, além de outros desembargadores e diretores de departamentos. A reunião foi bastante proveitosa e em breve devem ser conhecidas as conclusões do evento. O III Seminário, que deve alcançar igual número de participantes, de Londrina e região, vai acontecer nos dias 17 e 18 de junho.

3. Ouvidoria-Geral

Aprovada no dia 9 no Conselho da Magistratura, e na sessão do Órgão Especial de 27 de maio, a Ouvidoria-Geral do Poder Judiciário do Paraná tem agora o prazo de sessenta dias para ser instalada. Foi aprovado o regulamento editado pela Corregedoria-Geral, com base no art. 19, parágrafo 1º, do RITJ.

4. Publique-se

O grupo de trabalho composto pelos juízes Geraldo Dutra de Andrade Neto, Ariel Nicolai Dias, Antonio Carvalho da Silveira Filho, Marcos Antonio de Souza Lima, Oswaldo Soares Neto e Marcelo Pimentel Bertasso, entregou ao Corregedor-Geral no dia 23 de maio as propostas de alteração do “Publique-se”, bem como a sua avaliação sobre o SAVAM-Sistema de Avaliação de Atividades de Magistrados, que agora está sendo objeto de estudos pela CGJ e Departamento de Tecnologia. Em breve, serão editadas instruções sobre o assunto.

5. Formatura de servidores no curso de Tecnologia em Gestão Pública

Na quarta-feira, dia 25 de maio, aproximadamente cem servidores do Tribunal de Justiça do Paraná, de diferentes Comarcas, colaram grau de nível superior no curso de Tecnologia em Gestão Pública, promovido pela antiga Escola Técnica da UFPR, atual Instituto Federal do Paraná, em convênio com a ESEJE. O curso teve início em 2008, com aulas semanais, em diferentes telessalas espalhadas pelo estado e serviu para capacitação de servidores em temas como contabilidade, licitações e contratos, gestão administrativa e obras públicas, gestão tributária, Constituição e leis ordinárias, comunicação oficial, ética profissional, patrimônio e logística, relações humanas, entre outras disciplinas. Outra turma, também com aproximadamente cem alunos, teve início em 2010 e deve formar-se no início de 2013. A iniciativa faz parte da idéia de apoiar a capacitação de servidores, alguns dos quais fizeram o curso graças a bolsas de estudo concedidas pelo TJPR.

6. Grupos de Trabalho

O Presidente da AMAPAR, Doutor GIL GUERRA, entregou ao Corregedor-Geral no último dia 1º de junho a relação contendo os nomes dos juízes indicados para auxiliar a Corregedoria no estudo de importantes temas afetos à atividade jurisdicional, tais como atribuições do juiz substituto, gestão documental, plantão judiciário, sistema mensageiro, vitaliciamento de magistrados, gratuidade processual, práticas inovadoras, gestão de pessoas e de processos, e perícias judiciais. Essas comissões, criadas pela Portaria nº 14/2011 da CGJ visam dotar a Corregedoria de estudos abalizados para promover as alterações que essas questões requerem.

7. Atualização do Código de Normas

Para atualizar e aperfeiçoar o Código de Normas, que deverá ser constituído por dois livros, um atinente ao foro judicial e outro ao extrajudicial, a Corregedoria-Geral instituiu um grupo de trabalho composto pelos juízes de Direito que atuaram nas gestões anteriores, Dr. Plínio Augusto Penteado de Carvalho, Dr. Osvaldo Canela Junior, Dr. Rodrigo Fernandes Lima Dalledone, Dr. Irajá Pigatto Ribeiro e Dr. Marcel Luis Hoffmann, sob a presidência do mais antigo. A previsão é de conclusão em 120 dias.

Para auxiliar nos trabalhos, foram designados, ainda, os servidores Caio Cassou Junior, Luiz Octavio Cím Pereira, Orlando Frizanco e Marco Antônio Panisson, este último atuando também como secretário.

8. No CNJ

O Ministro César Peluso assinou a Portaria nº 46 de 27 de maio de 2011 instituindo um Grupo de Trabalho, no âmbito do CNJ, para definir a política de execução penal e medidas alternativas. Esta Comissão tem como membros efetivos um Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ, um juiz federal e cinco juízes de direito, entre os quais o Dr. Roberto Luis Santos Negrão, Juiz Auxiliar da Corregedoria do Paraná. A comissão, que é constituída ainda por dois técnicos da área de penas restritivas de direito, vai se reunir em Brasília no mínimo em três oportunidades no ano, para tratar do assunto.

9. Inspeção e correições

Em maio foram realizadas correições nas Comarcas de Catanduvas (dia 2), Corbélia (dia 3), Formosa do Oeste (dia 4) e Assis Chateaubriand (dias 5 e 6). Em face da necessidade de prorrogação da inspeção extraordinária que desde 26 de abril se realiza nas quatro Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, foram suspensas as correições que se realizariam nas Comarcas de Peabiru, Engenheiro Beltrão, Marialva, Andirá, Cambará, Ribeirão Claro e Jacarezinho. As novas datas serão oportunamente anunciadas. Para o mês de junho, estão previstas correições em Altônia, Iporã, Pérola e Cruzeiro do Oeste, a partir do dia 26.

10. Concurso para Juiz Substituto

De 30 de maio a 28 de junho encontram-se abertas as inscrições do Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Substituto do Estado do Paraná, que deverão ser realizadas, exclusivamente, por meio do *site* do Tribunal de Justiça. A primeira prova (objetiva) será realizada em 14 de agosto de 2011 e a quarta e última etapa (prova oral) em 7 de maio de 2012.

11. Projetos em desenvolvimento

Encontram-se em desenvolvimento, na Corregedoria, em parceria com o Departamento de Tecnologia ou outros departamentos do tribunal, os seguintes projetos:

- Alvará de soltura eletrônico
- Carta Precatória eletrônica no SICCA4

- Malote Digital (para cartas precatórias e de ordem; requisição e encaminhamento de informações processuais, por ex., em HC, mandado de segurança, agravo)
- Guia de Recolhimento eletrônica (para remessa pelas Varas Criminais às VEPs)
- Processo Virtual de Execução Penal, integrado com a SEJU e sistema penitenciário
- Processo Criminal Virtual
- Programa de cálculo de pena
- Calculadora de prescrição criminal
- Publique-se
- SAVAM-Sistema de Avaliação de Atividades dos Magistrados
- Depósito eletrônico e alvará de levantamento eletrônico de valores
- Formulário digital de inspeção
- Implantação do Projeto Eficiência nas VEPs
- Requisição eletrônica de laudos periciais criminais
- Reformulação da página da CGJ no portal do TJPR
- Banco de soluções unificadas (para reunir as boas práticas e modelos de portarias etc)
- Estudos para criação de auditorias de inspeção e correição
- Monitoramento da destruição ou restituição de armas apreendidas
- Criação da Coordenadoria de Execução Penal, no âmbito da CGJ
- Sistema de videoconferência das audiências criminais

12. *Conhecendo melhor a Corregedoria*

Passamos a fornecer informações sobre outro Juiz Auxiliar da Corregedoria. Trata-se de ROBERTO LUIS SANTOS NEGRÃO, que foi aluno da Escola da Magistratura do Paraná em 1989 e assumiu como Juiz Substituto em 25 de junho de 1990, na seção de Apucarana. Foi titular das Comarcas de Colorado, Guaratuba e São José dos Pinhais, onde atuava por último no 2º Juizado Especial Cível. É professor licenciado de Direito Penal e Processo Penal na PUC, Tuiuti e Escola da Magistratura. Foi ainda Coordenador dos Cursos de Atualização da EMAP, na gestão 2000/2001.

Atenciosamente,

Noeval de Quadros
Corregedor-Geral

Lauro Augusto Fabrício de Melo
Corregedor da Justiça

“A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como ele se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas como ele se mantém em tempos de controvérsia e desafios” (Martin Luther King)